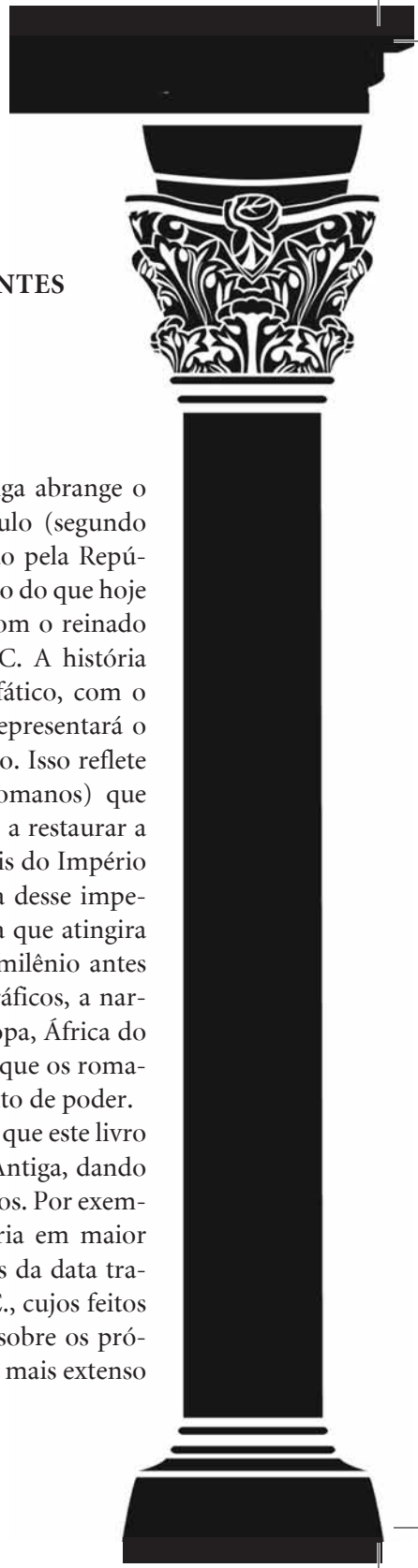


# 1

## INTRODUÇÃO E ANTECEDENTES

Esta visão geral da história da Roma Antiga abrange o período da fundação de Roma por Rômulo (segundo reza a lenda) no século VIII a.C., passando pela República Romana, até chegar ao estabelecimento do que hoje se chama Império Romano, concluindo com o reinado do imperador Justiniano no século VI a.C. A história romana não chegou ao fim, de modo enfático, com o reinado de Justiniano, mas esse período representará o ponto de parada cronológico para este livro. Isso reflete as circunstâncias lamentáveis (para os romanos) que fizeram de Justiniano o último governante a restaurar a extensão territorial e a glória dos anos finais do Império Romano, o qual havia encolhido na época desse imperador a uma fração do tamanho e da força que atingira no auge do poderio romano quase meio milênio antes do tempo de Justiniano. Em termos geográficos, a narrativa abrange o enorme território na Europa, África do Norte e Ásia Ocidental (o Oriente Médio) que os romanos governaram naquele primeiro ponto alto de poder.

Por ser uma análise breve, é inevitável que este livro omita muitas informações sobre a Roma Antiga, dando mais atenção a alguns tópicos do que a outros. Por exemplo, uma análise mais completa descreveria em maior detalhe a história dos povos italianos antes da data tradicional de fundação de Roma, em 753 a.C., cujos feitos e pensamento tiveram enorme influência sobre os próprios romanos. Da mesma forma, um livro mais extenso



exploraria a história do mundo romano após Justiniano, quando a emergência do islamismo alterou para sempre as circunstâncias políticas, culturais e religiosas do mundo mediterrâneo que já fora dominado pelo Império Romano. As obras listadas na seção Leituras Recomendadas oferecem discussão e orientação adicionais sobre vários tópicos que recebem pouca ou nenhuma cobertura aqui.

Em minha experiência lecionando história romana por quase quarenta anos, se o leitor estiver disposto a executar o árduo trabalho exigido para participar do fascinante e contínuo debate sobre a interpretação do que os romanos fizeram, disseram e pensaram, o melhor que poderá fazer é ler as fontes antigas – mais de uma vez! Por esse motivo, citações entre parênteses direcionam o leitor a fontes antigas mencionadas no texto, sendo que a maioria também aparece na seção Leituras Recomendadas. Desta forma, espero incentivá-lo a ler as fontes primárias por si mesmo, para que possa experimentar o contexto das evidências, descobrir o que, em especial, lhe interessa nos textos antigos e, com base em leituras adicionais, chegar a conclusões independentes sobre o significado de eventos, pessoas e ideias na história romana. A serviço desse mesmo objetivo, as primeiras duas seções em Leituras Recomendadas são dedicadas a traduções atualmente disponíveis de fontes antigas que são mencionadas de forma explícita ou estão por trás de discussões no texto, mesmo que as fontes específicas não sejam mencionadas aqui.

De qualquer forma, para acompanhar o restante da história, o leitor precisará saber com antecedência alguns fatos básicos da história de Roma: as principais divisões cronológicas; as principais fontes sobre as quais nosso conhecimento é baseado; temas de longo prazo com os quais lidaremos; e algo sobre a “pré-história” dos romanos – os antepassados italianos dos romanos e os vizinhos cuja influência inicial ajudou a definir a direção do desenvolvimento cultural de Roma: os etruscos e os gregos.

## OS PERÍODOS DA HISTÓRIA ROMANA

Este livro segue a costumeira divisão cronológica tripartida da história romana: Monarquia, República e Império (ver abaixo sob quais termos). É importante esclarecer, no entanto, que a categorização da história de Roma sob esses três períodos é uma prática anacrônica. Para os romanos, havia apenas um ponto divisório significativo em sua história: a eliminação do governo de reis no fim do século VI. Após a abolição da monarquia, os próprios romanos nunca cessaram de se referir ao sistema político como República (*res publica*, “coisa do povo, negócio do povo”), mesmo durante o período que chamamos de Império, que começa no fim do século I a.C. com a carreira de Augusto. Hoje, Augusto é chamado de primeiro imperador romano; os romanos, no entanto, referiam-se a ele como *princeps*, o “primeiro homem” (da República restaurada e prolongada). Esse é o sistema político normalmente chamado de Principado. Os romanos sem dúvida perceberam que a reestruturação de Augusto do Estado romano representou um ponto de virada na história, mas todos os “imperadores” (em nossos termos) que o sucederam continuaram a insistir que o governo deles permanecesse sendo “a República”.

Os três períodos não recebem tratamento equivalente neste livro. A história da Monarquia é apresentada de modo muito mais sucinto do que a história da República e do Império. Isso reflete, acima de tudo, a relativa falta de evidências confiáveis para o tempo dos reis de Roma (embora as evidências para o início da República dificilmente sejam muito melhores). A República e o Império, por outro lado, recebem a mesma cobertura em termos gerais. Apenas um espaço limitado é dedicado a explicações variadas dos eventos e das pessoas na Roma Antiga e a julgamentos referentes ao significado da história romana para as épocas posteriores. Isso não significa que não tenho opiniões fortes sobre essas questões nem que acredito que a história “fala por si mesma”. Aqui, meu objetivo é apresentar a história de tal forma que incentive o leitor a enfrentar a difícil tarefa de decidir por si mesmo por que os romanos agiam e pensavam daquela forma, e que significados atribuir à história da Roma Antiga.

No primeiro dos três períodos costumeiros da história política de Roma, uma série de sete reis governou de 753 a 509 a.C., de acordo com a cronologia tradicionalmente aceita. Essas datas, na realidade, são apenas aproximadas, assim como a maioria das datas na história romana até, pelo menos, o século III a.C. (e, em muitos casos, por séculos depois disso). A República, um novo sistema de governo compartilhado em substituição a um único governante, estendeu-se de 509 até a segunda metade do século I a.C. Neste panorama, o fim da República é definido em 27 a.C., a data em que Augusto estabeleceu o Principado (o governo que os historiadores modernos chamam de Império Romano).

Segue-se, então, o período do Império. O último imperador na metade ocidental do império (*grosso modo*, na Europa a oeste da Grécia) foi deposto em 476 d.C.; essa data, portanto, foi por vezes utilizada para marcar “o declínio do Império Romano”. Contudo, a narrativa deste livro inicia a história do Império aproximadamente um século antes desse “declínio”, atingindo o reinado de Justiniano (527 a 565 d.C.) no Império Oriental.

No que tange ao povo da seção oriental do Império, o governo imperial romano continuou por mais mil anos, tendo por capital Constantinopla, a “Nova Roma” do Império. O último imperador oriental foi morto em 1453 d.C., quando o comandante turco Mehmet, o Conquistador, capturou Constantinopla e o pouco que restava do território do Império Romano Oriental. Hoje, os historiadores chamam o império fundado por Mehmet de Império Otomano. Desde que os otomanos assumiram o poder sobre o território remanescente do Império Romano Oriental, essa data pode se qualificar como uma escolha melhor para o “declínio” do Império Romano do que 476 d.C. É importante lembrar, porém, que Mehmet anunciou publicamente que, como governante, estava desenvolvendo (e pretendia superar) os legados de Alexandre, o Grande, o conquistador macedônio, Júlio César e Augusto, cujas realizações havia lido em fontes históricas gregas e latinas. De fato, Mehmet proclamou que seu título era “César de Roma”. Em outras palavras, o primeiro imperador turco não estava bus-

cando encerrar a história romana, mas redefini-la e ampliá-la. Na Rússia, logo começou a se expressar a ideia de que seu império era a “Terceira Roma”. No mesmo espírito de imitação da glória lembrada da Roma Antiga, por volta desse período Frederico III proclamou que ele, também, era imperador romano, assim como seus antecessores que governaram os territórios da Europa Central há muito conhecidos como o Sacro Império Romano.

Assim, é evidente que a memória da glória da Roma Antiga era tão sedutora para os governantes posteriores que sua história sobreviveu de formas influentes, mesmo após o “declínio” do Império, sem importar como esse conceito era entendido nem a data conferida a ele por historiadores.

### FONTES E EVIDÊNCIAS

As fontes de informação da história romana são variadas. Há, antes de mais nada, todos os textos de antigos escritores de história, complementados por textos de autores de outros tipos de literatura, de poesia épica e lírica a peças cômicas. Evidências documentais, tanto formais quanto informais, sobrevivem na forma de inscrições esculpidas, escritas a tinta ou pintadas em pedra, metal e papiros. A escavação arqueológica revela os remanescentes físicos de prédios e de outras estruturas, de paredes a poços, bem como moedas, objetos manufaturados (de armas a joias) e traços de material orgânico, como têxteis ou alimento e vinho preservados em recipientes de armazenamento. A arte romana sobrevive em esculturas, pinturas e mosaicos. Em suma, no entanto, apesar da variedade, as fontes que sobreviveram são limitadas demais para possibilitar uma visão dos eventos, ideias e formas de vida da Roma Antiga que esteja, de algum modo, próxima da completa reconstrução panorâmica do passado que pode ser atingida pela pesquisa histórica sobre períodos mais recentes.

Além disso, na história romana (como em toda história antiga), as datas exatas de eventos e do período de vida, mesmo de pessoas importantes, não costumam ser registradas com pre-

cisão nas fontes existentes. O leitor deverá, portanto, reconhecer que muitas datas listadas aqui são imprecisas, mesmo que não sejam qualificadas como “por volta de tal e tal ano”. Na realidade, é melhor presumir que a maioria das datas indicadas neste livro, sobretudo em relação aos séculos de abertura da história romana, é, na melhor das hipóteses, uma provável aproximação e está sujeita a debate entre historiadores profissionais.

Por todos esses motivos, a história romana continua sendo uma história caracterizada por incertezas e controvérsias. Portanto, o leitor deverá entender que é preciso imaginar que as limitadas interpretações e conclusões oferecidas aqui sempre devem ser acompanhadas pela ideia de que “podemos, algum dia, descobrir novas evidências ou usar a nossa imaginação histórica para chegar a novas interpretações de evidências conhecidas atualmente e, então, mudar de ideia sobre essa determinada interpretação ou conclusão”.

As evidências da história inicial de Roma são as mais limitadas de todas. Os dois relatos narrativos mais extensos da história romana sob a Monarquia e a República que sobreviveram (pelo menos em parte) só foram escritos sete séculos após a fundação da cidade. Além do mais, os manuscritos dos quais dependemos hoje para esses textos estão sem trechos substanciais das narrativas originais. Uma dessas fontes antigas primárias é *Desde a fundação da cidade*, de Tito Lívio (59 a.C. a 17 d.C.), um erudito romano sem carreira na guerra ou na política que narrou a história de Roma desde os primeiros dias até seu próprio tempo.

A outra narrativa extensa abrangendo a história inicial de Roma é a de Dionísio de Halicarnasso, um erudito grego que viveu em Roma como estrangeiro e ganhava a vida dando aulas. Ele escreveu sua história, *Antiguidades romanas*, mais ou menos à mesma época em que Tito Lívio, próximo ao fim do século I a.C. Esses autores tendiam a interpretar a era há muito extinta dos primórdios de Roma como a idade de ouro, em comparação ao que viam como o declínio moral de suas próprias épocas, um período de guerra civil em que o sistema de governo conhecido como Repú-

blica Romana estava sofrendo uma transformação violenta para uma monarquia disfarçada sob o reinado de Augusto, o sistema de governo hoje conhecido como Império Romano. Quando, por exemplo, Tito Lívio, no prefácio de sua história romana, refere-se a essa época – seu próprio tempo de vida –, chama-a com tristeza de “esses tempos em que não podemos suportar nossos vícios nem as soluções para eles”.

As fontes textuais que sobreviveram ficaram mais numerosas para a história posterior da República; além de Tito Lívio e Dionísio (para citar só os mais conhecidos que estão prontamente disponíveis em tradução na língua inglesa), há as *Histórias* de Políbio no fim do século II e início do século III a.C., inclusive descrições célebres do exército romano e o que estudiosos modernos por vezes chamam de “constituição mista” do governo da República, vista como uma combinação de monarquia, oligarquia e democracia. Para o fim dos séculos II e I, há narrativas vívidas e reflexões pessoais sobre e pelas principais figuras históricas em *Guerra de Jugurta* e *Conjuração de Catilina*, de Salústio, nos *Comentários sobre a Guerra Gálica* e *Comentários sobre a Guerra Civil*, de Júlio César, nas *Orações* e *Cartas*, de Cícero, e nas *Guerras Civis*, de Apiano. *Vidas paralelas*, de Plutarco, oferece inúmeras biografias vivazes dos líderes mais famosos da República Romana, de Rômulo a Júlio César.

As fontes textuais de nossas informações sobre o Império Romano, apesar de serem mais extensas do que para períodos anteriores, também são incompletas. Os autores antigos mais conhecidos cujas obras oferecem boa parte do que sabemos sobre esse período da história incluem a *Vida dos doze césares*, de Suetônio (biografias de Júlio César e dos imperadores romanos, de Augusto a Domiciano); as narrativas de Tácito sobre a história imperial no século I a.C., os *Anais* e as *Histórias*; *A guerra dos judeus*, de Josefo, um relato testemunhal da rebelião dos judeus e da ação militar romana que levou à destruição de Jerusalém em 70 d.C.; a *História romana*, de Cássio Dio, que narra a história romana até o início do século III; a *História romana*, de Amiano Marcelino, narrando a

história do século IV; e as narrativas de Procópio sobre o reinado do imperador Justiniano e da imperatriz Teodora no século VI, *História das guerras* e *História secreta*, aquela repleta de elogios e esta uma crítica mordaz. A obra *Sete livros de história contra os pagãos*, de Orósio, oferece uma versão cristã da história universal, inclusive do Império Romano até o início do século V.

Por volta da época do Império Romano posterior, uma enorme preponderância das evidências sobreviventes pertence à história do cristianismo. Esse fato proeminente reflete o avassalador impacto do crescimento da nova fé sobre o mundo romano (e posterior) e é forçoso que influencie o conteúdo de qualquer narrativa desse período.

Os pontos de vista dos autores antigos sobre a vida e o governo romanos durante o período do Império apresentam uma variação ampla demais para serem resumidos com clareza sem distorção, mas talvez seja justo dizer que, com o tempo, uma sensação nostálgica de arrependimento pela perda da República original e da noção de liberdade (pelo menos para a classe alta) cedeu lugar a um reconhecimento de que um império sob apenas um governante supremo era o único sistema permanente possível de governo para o mundo romano. Essa aceitação do retorno dos monarcas como soberanos de Roma, no entanto, também refletiu, para muitos romanos, a raiva e o arrependimento diante dos abusos e injustiças cometidos por imperadores individualmente.

### TEMAS DA HISTÓRIA ROMANA

Na minha experiência, um panorama preliminar ajuda o leitor não familiarizado com história antiga a compreender a narrativa mais detalhada que se segue. Todos os termos usados aqui serão explicados mais adiante nos lugares apropriados.

As origens étnico-culturais dos romanos antigos refletem as raízes na Itália e também o contato com os gregos. A história política de Roma começa com o governo de reis no século VIII a.C.; os romanos lembravam deles como os fundadores de tradições



